

Assistência universitária - compromisso social

Ivete Santos Barreto¹, Ana Lúcia Queiroz Bezerra², Maria Alves Barbosa³

RESUMO

Na abordagem relativa ao compromisso social das universidades, são usuais posições que reforçam o papel desta instituição com relação às necessidades da sociedade. Porém, nas universidades públicas a visão do que seja compromisso social deve ir além do que comumente se entende pelo termo, abordando comprometimento com o público interno em particular, o seu estudante. As abordagens atuais de compromisso social para o público interno restringiram-se à forma de acesso ao ensino superior, o que é insuficiente. Torna-se necessária a busca de alternativas para a permanência dos jovens na academia, respaldada numa política pública de assistência universitária com vistas à inclusão social.

Palavras-chave: assistência universitária; assistência estudantil; compromisso social.

"O pessimista
queixa-se do vento.
O otimista
espera que ele mude.
O realista ajusta as velas."
- William G. Ward -

Ao abordar as questões relativas ao compromisso social das universidades é usual encontrarmos posições que apenas reforçam o papel desta instituição, do ponto de vista de atenção às necessidades da sociedade, como bem expõe o Professor Sérgio Cardoso no Fórum de Políticas Públicas ao discorrer sobre o tema, ressaltando que é necessário "...(IEA/ USP) aprofundar o compromisso social das universidades, seja por meio da adequação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, culturais e regionais do país, seja pela implantação de políticas amplas e eficazes de extensão e cultura, para as quais se reservará uma porcentagem fixa de seus orçamentos" (CARDOSO, 2004).

Sem dúvida é extremamente importante para as instituições de ensino superior e para a sociedade o compromisso de atender as demandas sociais. Porém, nas universidades, principalmente públicas, a visão do que seja compromisso social deve ir além do que usualmente se entende pelo termo, abordando também questões inerentes ao compromisso com o seu pú-

blico interno particularmente no que se refere aos seus estudantes.

Percebe-se que a abordagem atual do compromisso social para o público interno restringiu-se, na maioria das vezes, à forma de acesso dos jovens ao ensino superior, o que ao nosso ver é insuficiente e não assume verdadeiramente o comprometimento para com a juventude. O Ex-Ministro da Educação Tarso Genro, em matéria publicada sobre o tema afirma que: "hoje, apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos está cursando o ensino superior, número bem mais abaixo na Argentina, que conta com 32%, os Estados Unidos da América com 50%, e o Canadá, com 62%... O Estado brasileiro precisa promover políticas efetivas que garantam o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior expandindo as IFES para regiões que careçam de escolas superiores, criando vagas públicas nas universidades não estatais e privadas e ampliando os cursos noturnos nas universidades públicas, já instaladas. O desafio da inclusão social é um dos temas centrais da reforma da reforma universitária" (Folha de São Paulo, 2004).

Entretanto, somente políticas para o acesso não bastam. É necessário que também sejam apresentadas alternativas para a permanência dos jovens nas universidades, condições adequadas para concluir seus estudos, com a implementação de uma verdadeira e ampla política pública de assistência universitária.

O nosso objetivo é discutir o compromisso social das universidades públicas respaldada na nossa vivência e na literatura específica.

Trata-se de um estudo reflexivo tendo como fonte de consulta documentos publicados em sites da internet, relatório institucional, artigos de jornais de circulação nacional entre outros documentos de relevância científica.

Foram realizadas leituras exploratórias e seletivas do material consultado e posteriormente discutidos.

A União Nacional dos Estudantes - UNE tem uma posição histórica quanto à necessidade da adoção de uma política pública de assistência nas universidades, sobre a qual concordamos. Já apresentou manifesto em defesa da reforma universitária no sentido de reforçar que "O acesso ao ensino superior não pode ser pensado de forma dissociada da temática da permanência. Por isso defendemos a construção e execução de um plano nacional de assistência estudantil, contemplando questões como transporte, alimentação e moradia" (UNE, 2003).

Autoridades universitárias também coadunam com esta opinião. O professor Euvaldo Vilela, Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no artigo intitulado "A Reforma Universitária" declarou que "A assistência estudantil é fundamental e deve ser retomada para que o estudante possa ter desempenho adequado ao longo de sua formação. As ações afirmativas, como as cotas para egressos de escolas públicas, devem estar acompanhadas de uma política de assistência ao aluno durante seu curso" (VILELA, 2004).

Observa-se que o compromisso social das universidades, enquanto uma política pública de assistência, é imprescindível quando a UNE em 2003, no documento: "Reforma Universitária com democracia e por soberania", defende a assistência estudantil como princípio norteador de uma verdadeira reforma universitária e enfatiza que "a assistên-

cia estudantil ou a elaboração de uma política de assistência estudantil deve ser compreendida como elemento indispensável para a permanência com qualidade e formação completa dos universitários, a serviço da inclusão social e da universidade popular" (UNE, 2003).

A defesa da assistência estudantil enquanto uma política de inclusão, de acordo com Sangoi é realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil - FONAPRACE - órgão assessor da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, desde a sua criação em 1987, cuja finalidade é "de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior Públicas (IES). Estas visam fortalecer as políticas de assistência ao estudante, que têm como finalidade garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas na perspectiva do direito social; proporcionar condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas". (Gatti, 2000)

Esta proposição é atualíssima se considerarmos o posicionamento de Petta no documento da UNE que contém a proposta de emenda ao anteprojeto da lei orgânica da reforma universitária "...para que a Universidade brasileira possa vencer o desafio da inclusão democrática faz-se indispensável o desenvolvimento de políticas eficientes de permanência. Essa políticas são chamadas de assistência estudantil e com pretensões de garantir: a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais; combater a evasão e promover uma formação completa e equânime a todos e todas ..." (UNE, 2004).

Os dados obtidos na II Pesquisa do Perfil Sócio Econômico e Cultural do estudante de graduação das IFEs (2003/2004), realizada pelo FONAPRACE, corroboram com a necessidade de um verdadeiro compromisso social das instituições universitárias para com seus estudantes de baixa renda, haja vista que 42,7% dos graduandos pertencem a famílias cuja renda média é inferior a R\$

927,00 (novecentos e vinte e sete reais).

As universidades públicas brasileiras em sua totalidade possuem órgãos de assistência estudantil, através dos quais buscam desenvolver ações de apoio e assistência aos universitários. A Universidade Federal de Goiás a exemplo de outras instituições federais públicas possui uma Pró-Reitoria para gerenciar e atender a sua comunidade interna no que diz respeito a assistência.

Os dados regionais da mesma pesquisa do FONAPRACE, demonstram a realidade da UFG, onde 48,3% dos estudantes são oriundos das classes sociais C, D e E reforçando a necessidade do desenvolvimento de programas e projetos que dêem a estes alunos a oportunidade de concluírem seus cursos.

Estes dados já demonstram objetivamente ser um grande argumento na sensibilização do poder público para a liberação de recursos financeiros e implantação de programas que viabilizem a assistência universitária enquanto um direito de cidadania.

Contata-se porém que a responsabilidade na gestão ultrapassa os muros da universidade, da cidade e de região, vai até as articulações nacionais através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil - FONAPRACE (Órgão assessor da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES), com parlamentares e ministérios para viabilizar alternativas que possibilitem a execução de ações imprescindíveis à assistência universitária.

Na Universidade Federal de Goiás - UFG, a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária - PROCOM, é o órgão responsável pela gestão da política social e se caracteriza nas suas ações, por duas vertentes de atenção à comunidade universitária, uma vertente se desenvolve nos programas de assistência social e a outra nos programas e atividades de assistência à saúde, num total de 10 programas no ano de 2004.

A assistência estudantil na UFG é considerada uma política institucional importante e apesar de pautar-se no atendimento às demandas tradicionais de alimentação, moradia, bolsa e apoio estudantil, planeja-se a ampliação do raio de ação com constituição de um grupo de trabalho sobre políticas de ações afirmativas cujo objetivo é discu-

tir e propor, dentre outras questões, as que envolvam a inclusão e permanência dos estudantes na universidade, alternativas para a implementação do sistema de cotas para estudantes negros e afro descendentes.

Esta posição é defendida por profissionais da área de assistência social, pois na UFG vivencia-se o cotidiano de necessidades dos estudantes de baixa renda na luta pela permanência na universidade. A Política de Assistência Estudantil na UFG se faz necessária para dar cobertura a todos os estudantes de baixa renda; inclui, as demandas por construção, reforma e manutenção das CEU's, por alimentação no restaurante universitário, e por bolsas de estágio.

A visão do que seja compromisso social deve ir além do que usualmente se entende pelo termo, abordando também questões inerentes ao compromisso com o seu público interno particularmente no que se refere aos seus estudantes.

Um dos primeiros problemas enfrentados pela Coordenação de Serviço Social da PROCOM, numa ordem de prioridades, é a falta de recursos orçamentários públicos para todas as políticas sociais e, particularmente, para a política de assistência social, condição explicitada e agravada, a partir da década de 1990.

A participação real dos usuários e profissionais em todas as etapas dos projetos de assistência, faz parte da metodologia utilizada, que tem como ponto de partida o conhecimento da realidade social destes trabalhadores e estudantes a partir das visitas domiciliares, reuniões, entrevistas e encontros informais, exigindo uma atuação crítica e contínua dos profissionais da área de Serviço Social, pensando e repensando a sua prática diária, buscando avaliá-la. (Coordenação de serviço social / Relatório - 2002 / 2004).

Na UFG, os limites para a implementação de uma política de assistência são vários, que vão desde a escassez de pessoal qualificado em algumas áreas até os limites financeiros da instituição contudo, estes limites nunca foram impedimentos para a valorização da política de assistência estudantil.

Com os recursos financeiros advindos do pagamento de taxas acadêmicas e os investimentos de outros recursos próprios, a administração mantém os programas de interesse e necessidade da comunidade interna, confirmando a declaração do Coordenador Nacional do FONAPRACE: "As Instituições, apesar da restrição de recursos orçamentários oriundos do Tesouro Nacional, em sua grande maioria dispõem de estruturas técnico-administrativas e infra-estrutura de serviços de assistência aos estudantes de baixa renda, como reconhecimento da necessidade de manter o princípio da igualdade de oportunidades" (João Pessoa 28 de junho de 2002 Prof. Kleber Salgado Bandeira Coordenador Nacional do FONAPRACE, pronunciamento na abertura reunião de trabalho do Fórum).

Após longos anos sem provimento de verbas finalmente a partir de 2002, por ações políticas da UNE e FONAPRACE / ANDIFES, o governo federal destinou recursos financeiros, oriundos de emenda parlamentar, para IFEs com o objetivo de atender os programas de assistência e para 2005 a expectativa é de que seja liberado um total de 25 milhões de reais, para ser dividido entre as IFEs.

No desenvolvimento da política social constante do plano de gestão da atual reitoria, revela-se uma insistente busca no atendimento das necessidades daqueles que demandam por assistência. O que se pratica na PROCOM são ações que demonstram o compromisso social da universidade com seu público interno em programas e projetos que buscam realizar atividades que promovam a qualidade de vida de seus trabalhadores, a inclusão social dos estudantes de baixa renda, sem descuidar-se dos demais estudantes que independente das condições econômicas precisam do apoio da instituição para concluírem seus cursos.

O Compromisso Social da UFG para seu Público Interno - Programas e

Projetos desenvolvidos pela PROCOM para Assistência Estudantil:

1 - Programa Bolsa de Estágio - Destinado à complementação educacional e de prática profissional dos estudantes da Universidade, relacionado à sua área de formação acadêmica.

Este programa, ao longo dos anos, tem permitido aos bolsistas a vivência do cotidiano universitário pelo ângulo das atividades administrativas e de desenvolvimento de projetos acadêmicos. Observa-se, porém, que a procura e adesão a esta modalidade dá-se particularmente por estudantes de baixa renda, movidos pela necessidade de ter alguma renda durante o curso, já que valor da bolsa que não é atraente para os demais.

2 - Projeto de Moradia Estudantil - Visa a inclusão social e tem por objetivo garantir o acesso e a permanência do estudante de baixa renda na universidade. Constitui-se em moradia e um conjunto de atividades que obedecem aos princípios do planejamento participativo e da construção da cidadania, contando com a assessoria do serviço social.

A UFG garante duas refeições diárias a todos moradores das CEUs, que são estudantes da instituição, entendendo que, a alimentação é um direito básico de cidadania e consequentemente da sobrevivência, com o mínimo de qualidade de vida. Em 2004, os recursos da união foram liberados e, em dezembro, iniciaram-se as reformas das casas, pleito dos estudantes e da PROCOM, para reparar a deterioração física ocasionada pelo tempo, mas principalmente para promover o mínimo de conforto para os moradores e resgatar a dignidade de ser morador da CÉU.

3 - Programa de Isenção de taxas acadêmicas - A isenção de taxas acadêmicas é um dos mecanismos utilizados na política social da UFG para facilitar o acesso e possibilitar a permanência do estudante de baixa renda na Universidade. A PROCOM não delimita o número de estudantes ou de taxas a serem isentadas, compreendendo que o quantitativo é determinado pela demanda.

Este programa possibilita a perma-

nência dos estudantes na universidade que por impossibilidade financeira, abandonariam o curso e, até mesmo não poderiam ter em mãos os diplomas com o devidos registros nos conselhos profissionais, condição precípua para exercício da profissão.

4 - Programa de Apoio a Eventos - a finalidade é apoiar e incentivar a participação dos acadêmicos em atividades científicas, culturais e políticas através da concessão de passagens terrestres para aqueles que frequentam, cursos de graduação.

Este programa tem oportunizado estudantes de todas as áreas dos cursos de graduação à vivenciarem experiências extra-curriculares nas diferentes áreas do conhecimento, desde festivais de música à congressos, cursos, seminários e atividades político-sociais, que contribuem para enriquecer e ampliar a visão e a perspectiva profissional dos participantes. Este é um programa que apesar de não ter a finalidade assistencial, é determinante para que os estudantes de baixa renda possam usufruir de experiências extra muros das instituições e do estado de Goiás.

5 - Creche/Espaço Universitário de Educação Infantil - espaço destinado a educação infantil, visa desenvolver as potencialidades de crianças de 0 (zero) a 3 anos e 11 meses nos seus aspectos físicos, motor, social, afetivo, cognitivo, estético e lingüístico. Caracteriza-se também como um projeto de inclusão social, permitindo que os filhos dos estudantes de baixa renda participe deste benefício.

O projeto pedagógico desta área busca realizar o processo de educação das crianças de forma interdisciplinar, em articulação com as famílias, fortalecendo a organização e a participação dos componentes da comunidade universitária, usuários da creche, numa perspectiva de direito e de cidadania.

6 - Programa Saudavelmente - O Programa Saudavelmente foi organizado pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária - PROCOM, em 2003, a partir do Programa de Saúde Mental. Consiste em vários projetos de assistência, de pre-

venção e capacitação na área de Saúde Mental (incluindo projetos referentes à dependência química).

A equipe de profissionais responsável pela execução do Programa, é composta por médico, psicólogos, assistente social, enfermeira, arteterapeuta, psicopedagogo e terapeuta, que realizam atendimentos individuais, em grupo e acompanhamento familiar aos estudantes e servidores da UFG.

7- Serviço Odontológico - objetiva promover a saúde oral em níveis educativo, preventivo e curativo. O atendimento é disponibilizado para servidores e dependentes, estudantes de nível médio, graduação e pós-graduação e as crianças da creche.

8- Serviço de Nutrição - tem prerrogativa assegurar uma alimentação nutricionalmente balanceada, microbiologicamente segura e com baixo custo, através dos restaurantes e creche da UFG. Supervisiona o funcionamento do serviço terceirizado dos Restaurantes Universitários e Executivos incluindo a alimentação do Programa de Bolsa Alimentação.

A relevância deste serviço é, entre outras, assegurar estágios curriculares em Alimentação Institucional e Educação Nutricional para o Curso de Nutrição da UFG e contribuir para o crescimento e o desenvolvimento das crianças da creche, através da alimentação saudável e de educação nutricional, envolvendo os pais e funcionários.

9- Programa Bolsa Alimentação - foi instituído pela Portaria nº 517, de 18 de março de 2004, da Magnífica Reitora da UFG com a finalidade de proporcionar aos estudantes dos cursos de graduação auxílio financeiro para custear alimentação nos restaurantes universitários. A bolsa destina-se aos estudantes comprovadamente de baixa renda.

O perfil socioeconômico é avaliado, considerando como critério fundamental, a baixa renda do estudante e da família. São concedidas bolsas alimentação nas modalidades integral ou parcial, cujo valor da bolsa é escalonado de acordo com a identificação de necessidade do estudante contemplado.

10-Projeto de lazer - Criado em 2003

numa parceria com o SINT-UFG, na sede social do sindicato, com o objetivo de proporcionar aos moradores da CEUs oportunidades e alternativas de lazer nos finais de semana. Consiste em acesso gratuito ao clube do SINT-UFG com direito a levar um acompanhante, participar de toda programação esportiva e de lazer disponibilizada pela diretoria do clube.

Considerações Finais

Consideramos que gerenciar uma pró-reitoria com características marcantes de assistência, significa o lidar cotidiano com os aspectos pessoais da vida de estudantes e servidores do ponto de vista da saúde física, mental e emocional, da alimentação, das condições financeiras, de sobrevivência, das condições de trabalho, estudo e moradia, enfim, da precariedade do modo de vida de uma parcela significativa da comunidade universitária e ao mesmo tempo encontrar saídas institucionais que atendam estas demandas, respeitando o direito à assistência.

É, muitas vezes, "remar contra a maré" da incompreensão do papel do sistema público educacional, na assistência à sua comunidade. Distorções são constantes, por parte de membros da própria comunidade que só concebe a universidade no seu papel finalístico, não incorporando a concepção de construção da cidadania e do seu compromisso social com o público interno. Intolerância e pressão política de estudantes que atribui ao gerente, o papel de estado e não de parceiro na busca de alternativas para atendê-los e o descompromisso com o bem público por muitos colegas. Ao mesmo tempo, é prazeroso compartilhar da valorização de uma categoria, os técnicos administrativos, e viver o desafio de cumprir uma tarefa na busca de justiça social e integrar um grupo de trabalhadores da instituição que não mede esforços em fazê-la um grandiosa e valorizada pelo cumprimento do seu compromisso social.

Destacamos o papel da UFG e de outras instituições públicas em responder ao compromisso social com esforço e investimentos próprios. Este exemplo pode ser aproveitado como sugestão para a implementação da política de assistência estudantil e resgate do compromisso social das instituições federais

de ensino superior às propostas do FONAPRACE, encaminhada à ANDIFES em 2005, a exemplo da proposta de emenda ao projeto de reforma universitária.

É necessário que as iniciativas nacionais, do FONAPRACE, da UNE, da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes - SENCE, de parlamentares e autoridades constituídas, sejam encaminhadas e dado consequência, para que as universidades possam de fato exercer o compromisso social tão almejado pela comunidade universitária.

Autoras

¹ Enfermeira, Mestranda do programa de Ciências da Saúde - Convênio UnB-UFG e UFGMT; Pró-Reitora de Assuntos da Comunidade Universitária da Universidade Federal de Goiás. Contato: ivete@procom.ufg.br

² Professora Adjunto II da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás. Contato: aqueiroz@fen.ufg.br

³ Professora Titular da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás. Contato: mbarbosa@fen.ufg.br

Referências bibliográficas

CARDOSO, S. - Universidade Pública Democrática - Artigo publicado no Jornal "Folha de São Paulo", Março/2004 - disponível em www.se.senac.br (capturado em 10 de março/2005).

GATTI, T. H. ; SANGOI L.F.- Assistência Estudantil - Uma Questão de Investimento - Brasília, agosto de 2000, disponível em www.unb.br/dac/fonapracedocumentos/assist_est.html (capturado em 13 de março de 2005).

GENRO, T. - O governo não vai impor - Artigo publicado no Jornal "A Folha de São Paulo", em 15 de março de 2004, disponível em www.tarsogenro.com.br/artigos/fullnews.php?id=19 (capturado em 10 de abril de 2004)

UNE, Proposta de emenda ao ante-projeto da lei orgânica da reforma universitária - Brasília, 15 de dezembro de 2004 - DA CONCEPÇÃO DE ASSISTÊNCIA

UNE, Reformar A Universidade para mudar o Brasil -Manifesto em defesa da Reforma Universitária - UNE / CONTEE - disponível em www.contee.org.br (capturado em 10 de março 2005).

Reforma Universitária com democracia e por soberania - Contribuição para o debate da União Nacional de Estudantes /UNE - disponível em www.enf.ufmg.br (capturado em 12 de março de 2005).

VILELA, E. A REFORMA UNIVERSITÁRIA (on line) disponível em www.ufv.br/reforma/doc_ru/EvaldoVilela.pdf (capturado 12 de março de 2005).

ESTUDANTIL disponível em www2.uol.com.br/estudentenet/home/ (capturado em 12 de março de 2005). Relatório de Gestão / UFG - disponível em www.ufg.br/aufg/relatoriogestao/geral.php (Capturado em 12 de março de 2005)

SOUZA, M.C.B.M. Estudo bibliográfico da produção da Enfermagem Psiquiátrica no Brasil no período de 1932 a 1993. Ribeirão Preto, 1995, 193p. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Coordenação de serviço social / Relatório - 2002 / 2004